

Ata da reunião do Comité Executivo Terça-feira, 28 de março de 2024 -Lisboa

Sergio Lopez, Presidente do CCSUL, iniciou a reunião agradecendo a presença dos membros, assim como dos representantes da administração portuguesa. A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade, assim como a ordem de trabalhos. Foi adicionada uma atualização sobre as atividades do Secretariado, assim como uma atualização sobre a redação de uma carta relativa ao mandato europeu para a ICCAT 2023.

Cláudia Monteiro de Aguiar, Secretária de Estado das Pescas de Portugal deu as boas-vindas aos membros do CC SUL. Cláudia Monteiro de Aguiar referiu a importância do trabalho realizado por este Conselho Consultivo, participando na melhoria da gestão das pescas a nível europeu e dos Estados-Membros, com a finalidade de encontrar um equilíbrio entre os aspetos sociais, económicos e ambientais.

1. Impacto no sector das pescas dos parques eólicos no mar e outros sistemas de energias renováveis instalados na costa portuguesa

José Carlos Simão, o Diretor-Geral das Pescas em Portugal (DGRM), apresentou o plano de desenvolvimento nacional e o histórico das decisões e projetos executados desde 2019. A apresentação está disponível no site na Web do CC SUL.

Após a identificação e lançamento do primeiro parque eólico no mar em Viana do Castelo (2019-2020), composto por 3 turbinas eólicas flutuantes, Portugal identificou 6 novas áreas (3000 km²) para estudo para a instalação de novos parques eólicos. Estão em curso vários estudos e consultas antes das zonas serem comercializadas. Portugal está a seguir a recomendação publicada pela Comissão Europeia (maio de 2024) sobre a venda e concepção de concursos para os parques eólicos no mar.

Em resposta a David Milly (FEDOPA), José Carlos Simão disse que as turbinas eólicas flutuantes parecem ser a tecnologia mais adequada para Portugal, tendo no entanto os promotores a liberdade de propor qualquer outra tecnologia. No que respeita ao impacto ambiental, o ruído constitui um impacto, mas é aceitável de acordo com os estudos feitos. A maior dificuldade é o risco de colisão pelos mamíferos marinhos: este tema deve ser objeto de um estudo mais aprofundado.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) comentou que a sua organização tinha acompanhado a instalação do parque eólico de Viana do Castelo, mas que é importante ter em consideração que os estudos de impacto ambiental são feitos pelas empresas que pretendem instalar os parques eólicos, o que, na sua opinião, não deveria acontecer. O IPMA deve assumir a responsabilidade: os pescadores estão a observar alterações nos ecossistemas que devem ser estudadas.

Francisco Portela Rosa afirmou ainda que uma proibição de pesca junto dos cabos que ligam os parques eólicos à costa é absurda e que devem ser previstas indemnizações assim que os concursos são lançados.

José Carlos Simão disse então que esta decisão de proibir a pesca junto dos cabos, tomada para a instalação de Viana do Castelo, não era de facto necessária, podendo assim as zonas ser reabertas.

Relativamente ao IPMA, está agora disponível um orçamento de 40 milhões de euros, e José Carlos Simão indicou que gostaria de apoiar a inclusão deste assunto no programa de trabalhos.

2. Agenda do CC SUL

Chloé Pocheau, do secretariado do CC SUL, apresentou as ações desenvolvidas pelo secretariado após as reuniões dos Grupos de trabalho durante o mês de abril e o calendário das próximas reuniões (ver a apresentação no site na Web do CC SUL).

3. Validação do grupo de trabalho INTERCC ICCAT

O acordo INTERCC (CCRUP, LDAC, MEDAC, CCSUD) relativo a uma mutualização dos trabalhos da ICCAT foi aprovado pelo Comité Executivo. Jean-Marie Robert (Pescadores da Bretanha), concordando com Sergio Lopez (Presidente do CC SUL), indicou que seria necessária uma vigilância permanente durante a execução deste trabalho e manter as competências individuais e a autonomia de cada Conselho Consultivo.

4. Validação da correspondência sobre o “Comportamento do atum vermelho”

Nicolas Fernandez Munoz (OPP CONIL) recordou o objetivo desta carta, que ele propôs ao Grupo de Trabalho sobre os Pelágicos: a migração do atum vermelho parece estar perturbada no Estreito de Gibraltar, o que causa dificuldades aos pescadores locais, pelo que o CC SUL solicita que seja feito um estudo sobre este fenómeno.

Miren Garmendia (OPEGUI) propôs uma pequena alteração à redação, para insistir sobre o aspeto empírico do pedido. pelo que o segundo parágrafo será alterado para: “Observa-se que os indivíduos já não migram...”

O Comité Executivo aprovou a carta com esta pequena alteração.

5. Redação de uma carta sobre o mandato da UE para a ICCAT 2023

Serge Larzabal (CNPMEM) recordou o pedido que tinha feito no grupo de trabalho "Pelágicos" de abril: obter informações sobre o procedimento seguido para a inclusão do projeto-piloto de quintas de criação de atum vermelho no Golfo da Biscaia no mandato da UE para a ICCAT 2023. Tal como referido por Chloé Pocheau, do secretariado do CC SUL, e em resposta ao seu pedido, o serviço de transparência do Conselho respondeu que este assunto não fazia parte da última versão disponível do mandato. Tendo em conta esta informação, Serge Larzabal propôs que seja enviada uma carta à Comissão Europeia para compreender o método utilizado e comunicar esta falta de transparência.

Este projeto de carta foi aprovado e será apresentado pelo ao Presidente e aos Vice-Presidentes pelo secretariado para validação final.

6. Validação do documento de trabalho sobre a PCP

Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUL) recordou os procedimentos seguidos para a elaboração do documento (ver apresentação no site Web do CC SUL) e, seguidamente, Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) apresentou os principais pontos do documento: uma introdução detalhada sobre os objetivos do CC SUL e dos Conselhos Consultivos, salientando as dificuldades identificadas desde a última revisão da PCP, e em seguida as propostas de melhoria para alguns exemplos-chave: governação, as posições europeias em reuniões externas, a obrigação de desembarque, as capturas acidentais, as EMV, assim como recomendações gerais.

O documento foi revisto ponto por ponto, para permitir que os membros pudessem propor as alterações necessárias à redação para a sua validação consensual. Estas pequenas alterações serão feitas pelo secretariado e pelo Presidente, tal como indicado na sessão.

Os membros também fizeram comentários sobre pontos de carácter mais geral:

Javier Lopez (OCEANA) indicou que foi feito um grande esforço para chegar a esta versão do documento, que pode não ser maravilhosa, mas sobre o qual poderemos trabalhar.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) comentou que o sector das pescas é continuamente ignorado por Bruxelas, o que revela uma falta de respeito. Na sua opinião, deveria ser nomeado um comissário das pescas e do ambiente e não o contrário. Sergio Lopez disse que, no entanto, este ponto relativo ao Comissário não poderia ser acrescentado ao documento, uma vez que esta posição deve permanecer global e consensual.

Jean-Marie Robert (Pescadores da Bretanha) agradeceu ao Presidente o seu envolvimento neste trabalho e questionou as ONGs ambientais sobre a vontade de suprimir o exemplo do parecer 165 sobre o atum voador, que segundo ele era um sinal claro de mau funcionamento. Ana Matias (SCIAENA) disse que concordava com este exemplo de mau funcionamento, mas que, de acordo com as ONG ambientais, o parecer deveria centrar-se apenas nalguns pontos-chave, uma vez que um parecer demasiado amplo perderia clareza e teria por isso um menor impacto. Poderiam ser elaborados outros pareceres específicos, mas, no entanto, as ONG ambientais não se opõem à validação deste ponto.

Sergio Lopez concluiu este debate dizendo que os exemplos concretos devem ser mantidos no texto, mas que isso não impedirá a elaboração de pareceres adicionais mais pormenorizados.

Embora o sector francês não se oponha à validação do documento e agradeça os esforços feitos, Serge Larzabal (CNP MEM) interrogou-se sobre a utilidade deste documento se o consenso o tornar inaudível e sobre o interesse de o fazer através do CC SUL.

Finalmente, e por unanimidade dos membros presentes, o documento foi aprovado pelo Comité Executivo, com as alterações propostas ao texto. Assim, o secretariado transmitirá esta posição sob a forma de um parecer à Comissão Europeia.

7. Avaliação dos desempenhos

Caroline Mangalo (Consultora responsável por fazer a avaliação do desempenho do CC SUL) recordou a metodologia seguida durante o exercício para a implementação do projeto e os resultados disponíveis (ver a apresentação no site Web do CC SUL). Os membros do Comité Executivo foram convidados a fazerem os seus comentários para consolidar as recomendações antes de ser feita a redação final do relatório e da sua apresentação à Assembleia Geral.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) disse que os presidentes dos grupos de trabalho deveriam manter um contacto mais direto com os membros dos seus respetivos grupos para poderem identificar e responder aos problemas. Na sua opinião, deveria ser estabelecido um contacto com o Parlamento Europeu. Francisco Portela Rosa prosseguiu dizendo que os resultados dos pareceres foram praticamente nulos: é necessário encontrar outra forma de obter mais crédito. Esta falta de resultados desmoraliza os membros e tem assim um impacto negativo na sua participação. Uma melhor comunicação com os meios de comunicação social e o mundo exterior poderia acrescentar valor ao trabalho da CC SUL.

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) acrescentou que a Comissão Europeia esteve muitas vezes ausente das reuniões do CC SUL: é necessária uma interação mais direta.

David Milly (FEDOPA), concordando com Francisco Portela Rosa, disse que uma melhor comunicação sobre o trabalho do CC SUL seria uma forma de aumentar a sua visibilidade nas redes sociais e diretamente junto dos representantes eleitos.

De acordo com Nicolas Fernandez Munoz (OPCONIL, presidente do GT Tradicional do CC SUL), as operações internas e a comunicação do CC SUL foram consideravelmente melhoradas nos últimos anos, mas uma melhor comunicação externa poderia acrescentar valor aos trabalhos e, assim, melhorar a participação.

Serge Larzabal, na qualidade de vice-presidente do CC SUL, respondeu a algumas questões: a comunicação externa deve ser apenas informativa e com objetivos que devem ser bem definidos. No que diz respeito ao contacto com o Parlamento Europeu, o CC SUL já tentou essa aventura no passado sem sucesso, uma vez que isso não era da sua competência, como lhe foi recordado pela Comissão. Para a comunicação com os representantes eleitos locais e nacionais, os membros devem agir como sendo embaixadores do CC SUL e partilhar os seus trabalhos com os seus contactos.

Por último, Serge Larzabal considerou que a avaliação dos desempenhos revelou que o CC SUL estava a funcionar relativamente bem, os pontos críticos eram apenas detalhes, o que deverá ser transmitido à Comissão da seguinte forma: os principais problemas residiam nas respostas da CE e não no CC SUL.

Jean-Marie Robert (Pescadores da Bretanha) sugeriu então que, no âmbito da avaliação dos desempenhos, fosse feita uma avaliação das respostas da Comissão aos pareceres do CC SUL. Caroline Mangalo estudará a viabilidade desse ponto no tempo previsto.

SALDO:

- **Portugal apresentou ao Comité Executivo os seus projetos de parques eólicos no mar**
- **Foi aprovado o acordo do INTERCC para o trabalho conjunto na ICCAT**
- **A carta sobre o comportamento do atum vermelho foi aprovada e será transmitida à Comissão e aos CC interessados pela ICCAT.**
- **Será redigida uma carta relativa ao mandato europeu para a ICCAT 2023, que será validada pelo presidente e vice-presidentes.**
- **O parecer sobre a PCP foi validado sob reserva de pequenas alterações e será transmitido à Comissão Europeia.**
- **Os resultados da avaliação dos desempenhos foram apresentados ao Comité Executivo, a sua apresentação final será feita na Assembleia Geral no dia 11 de julho.**